

NOTA TÉCNICA N° 003.2025

Antes tarde do que nunca!

A pauta da redução dos agrotóxicos
na agenda governamental

Núcleos de Pesquisa: Laboratório de Estudos Rurais -
LABRURAL

Autores: Joana Tereza Vaz de Moura-UFRN
Cimone Rozendo- UFRN



INCT PARTICIPA

SUMÁRIO EXECUTIVO

- Esta Nota Técnica tem como objetivo apresentar e analisar o Programa Nacional de Redução dos Agrotóxicos (Pronara).
- Trata-se de compreender a inclusão dessa proposta na agenda governamental e sua institucionalização no ano de 2025.
- O decreto, assinado pelo presidente Luíz Inácio Lula da Silva em 30 de junho de 2025, instituiu o Pronara no âmbito do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), criado pelo decreto federal nº 7.794 de 20 de agosto de 2012.
- O PRONARA tem como principal finalidade implementar ações que contribuam para a redução de agrotóxicos, a partir das seguintes diretrizes: incentivar a redução e o uso racional de agrotóxicos, incentivar as práticas agropecuárias sustentáveis; promover sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis, entre outras.
- Para compreender a proposta do programa utilizamos o banco de dados de uma pesquisa realizada pelo Laboratório de Estudos Rurais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte intitulada Protestos contra os agrotóxicos no Brasil, que gerou publicações que são mobilizadas aqui.
- Sinalizamos que a criação do decreto que institucionaliza o Pronara é bastante significativa porque aponta para a possibilidade de enfrentamento ao PL6299, também conhecido como Pacote do Veneno. Entretanto, percebe-se que é necessário construir uma imagem da agricultura familiar camponesa e da agroecologia por meio de coalizões políticas, com forte apelo midiático e grande lobby político para que realmente seja possível garantir assegurado os direitos humanos, sociais e ambientais, em todos os territórios do nosso país.

Os modelos de desenvolvimento no rural em disputa

A utilização dos agrotóxicos na agricultura brasileira está fortemente vinculada ao modelo de desenvolvimento proposto para o campo desde os anos 50, baseada na chamada modernização da agricultura (Graziano da Silva, 1982). Este projeto se apoiava na concepção de que era preciso garantir o aumento da produção de alimentos a partir da lógica mecanizada, uma vez que a pequena produção não conseguiria garantir comida para toda a população do país. Tratava-se de uma concepção desenvolvimentista com forte viés capitalista de industrialização do campo, com ênfase no produtivismo e na exploração da mão de obra. Para garantir a sua operacionalização, as propriedades rurais deveriam adquirir insumos e maquinários de corporações internacionais e tinham subsídios estatais para que isso acontecesse. Tratava-se de uma grande ofensiva de articulação produtiva no campo, com forte viés para a exportação alimentícia. Nesses moldes, vislumbrava-se o apoio ao chamado Pacote Tecnológico, que incluía a utilização de agrotóxicos para garantir o aumento da produção mais eficiente e de maneira rápida. O modelo “preconizava o incentivo ao uso intensivo de insumos químicos (agrotóxicos e fertilizantes), biológicos (sementes melhoradas) e mecânicos (máquinas e implementos agrícolas) para a agricultura” (Franco & Pelaez, 2016, p. 215).

Conforme destaca Rozendo (2006), a modernização reconfigurou o meio rural, sob vários aspectos, estabelecendo uma nova relação sociedade/natureza, o que resultou em um ambiente cada vez mais artificializado e instituiu um modelo químico dependente.

Esse modelo foi sendo fortemente criticado por diversos movimentos sociais, pesquisadores e outros atores sociais, que vinham buscando apontar para os problemas que estariam sendo criados, como o aumento do desemprego, a destruição da natureza, problemas de saúde, etc. Rachel Carson (1962), foi uma das primeiras a publicizar o risco que representava com a utilização intensiva dos agrotóxicos. Em seu livro *Primavera Silenciosa*, ela alertou o mundo sobre os perigos dos pesticidas químicos para o meio ambiente e a saúde humana. O livro é considerado um marco do movimento ambientalista. No Brasil, também em contraposição à esse modelo, estavam intelectuais pertencentes aos movimentos de agricultura alternativa e grupos religiosos ligados às Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica (Moura, Rozendo e Oliveira, 2020). A esses grupos depois foram se unindo também uma série de ONGs ambientalistas e movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que vão marcar a disputa por outros modelos de desenvolvimento rural no Brasil. Os movimentos mais ligados ao campesinato vão questionar principalmente a utilização dos agrotóxicos, em razão do seu impacto ambiental e prejuízos à saúde das populações.

Apesar dos esforços desses atores, o modelo químico-dependente, que tem no agronegócio o seu principal representante, se desenvolveu amplamente e com forte apoio governamental uma vez que se empodera no cenário político por intermédio da atuação articulada de seus deputados, na chamada bancada ruralista, que legisla em favor de seus interesses desregulando as legislações que julgam limitar sua atuação. A expressão disso é a recentemente aprovação do PL 3.729/2004, que “dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal de 1988, e dá outras providências”, também conhecido como “PL da Devastação” (discutido por pesquisadores em outra Nota, publicada pelo INCT-Participa).

O Lançamento do decreto que cria o Pronara tenta ser uma resposta às ações da Bancada ruralista no Congresso Nacional e sobre ele apresentamos alguns apontamentos no próximo item.

A pauta da redução dos agrotóxicos e a pressão dos movimentos sociais

O Programa de Redução dos Agrotóxicos-PRONARA, lançado pelo Governo Lula no dia 30 de junho de 2025, resulta de uma pressão antiga de diversos atores da sociedade civil, dentre movimentos sociais, ONGs, especialistas, pesquisadores e por comunidades diretamente afetadas pelo uso intensivo dos agrotóxicos. Trata-se de uma política pública que visa responder às demandas dessa coalizão, formada por uma rede intensa e significativa que vem atuando na cena política buscando frear a flexibilização do uso de pesticidas iniciada após o golpe de 2016. Um dos principais atores que tem acompanhado e pressionado todo esse debate é a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, criada em 2011 depois das denúncias da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), que mostrava o aumento do número de agrotóxicos utilizados no país. Nesse documento intitulado "Dossiê ABRASCO: Um Alerta sobre os Impactos dos Agrotóxicos na Saúde", a entidade destacou o aumento significativo do uso de agrotóxicos no Brasil, com um crescimento de 42% no consumo entre 2002 e 2011, passando de 599,5 milhões de litros para 852,8 milhões de litros. Isso foi um grande alerta para os diversos movimentos sociais que atuavam no campo e para as organizações ambientalistas, que logo se organizaram em torno dessa Campanha. De acordo com um dos coordenadores da Campanha, o principal objetivo é explicitar as contradições e malefícios gerados pelo modelo de produção do agronegócio, ao mesmo tempo em que lança uma luz sobre a proposta de alternativa baseada na agroecologia (Moura e Silva Júnior, 2023).

De acordo com uma representante da Articulação Nacional de Agroecologia, em entrevista a dois dos autores desta Nota, a Via Campesina foi responsável pela mobilização para a criação da Campanha e, em 2010, convidou a ANA para começar a articular entidades representativas do campo ligadas à agroecologia. E, como existem várias organizações que conformam a ANA, “ficou fácil para levar essa pauta [dos agrotóxicos] para dentro” (representante da ANA, informação verbal, em 22 jan 2022).

A Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida vem se fortalecendo desde então para sensibilizar a opinião pública com relação ao uso abusivo dos agrotóxicos no país, especialmente no contexto da pandemia, foram realizadas diversas Lives para pontuar essa questão.

A demanda por produtos livres de agrotóxicos se espalha e fortalece o debate em torno da produção de alimentos de maneira ecológica, saudável e de qualidade juntamente com a centralidade que a pauta ambiental ganha no cenário internacional e nacional (Monteiro e Londres, 2017).

A Política Nacional de Redução de Agrotóxicos (PNaRA) foi apresentada pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) aos membros da Comissão Legislativa de Participação, em 2016 (Moura e Pontes, 2020). A PNaRA se fortaleceu como uma ação da sociedade civil contra o PL 6299, também conhecido como “Pacote do Veneno”.

Em 2018, aconteceram grandes mobilizações da sociedade civil que se agruparam em torno da plataforma #ChegadeAgrotóxicos, alcançando 1,5 milhões de assinaturas em defesa da PNaRA e contra o “Pacote do Veneno” e que teve uma repercussão no Congresso Nacional e que vão dando sustentação ao Pronara.

Portanto, o Pronara se constitui a partir de um histórico de lutas e pressão de entidades da sociedade civil, que conformam, como destacam Moura e Pontes (2020), uma rede que congrega atores de origens diversas – ONGs, Sociedade Civil Organizada, Academia, atores institucionais (como a ANVISA e o IBAMA) e político-institucionais, como a Frente Ambientalista e a Frente da Agricultura Familiar. A Rede, de modo geral, opera na construção da narrativa anti-agrotóxicos, pautada nas mudanças de hábitos de consumo atuais. Nesta construção narrativa, cada movimento participante da rede faz seu trabalho de base, buscando formar militantes no campo da agroecologia. A propagação dessa imagem negativa do uso extensivo de pesticidas e impulsionamento de produtos orgânicos e a pauta da agroecologia vão se tornando a estratégia principal que impulsionou o Governo Federal a elaborar o decreto federal.

Uma representante da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos relata, em dezembro de 2024, que o decreto envolveu muita participação da sociedade e só estavam aguardando o lançamento.

Nossa tarefa foi feita, a gente ajudou a construir e está pronto um ato normativo para lançamento do Pronara. O relatório feito a muitas mãos responde diretamente a essas emergências que a gente cita aqui. Não são revolucionários, mas vão dar assistência e condições para a agricultura familiar produzir comida sem veneno para alimentar o povo (BRASIL DE FATO, 2024).

Acreditamos que é um suspiro em meio ao turbilhão de avanços do agronegócio nos últimos anos, que trata-se de uma demanda urgente de uma parte da sociedade brasileira que se preocupa com o meio ambiente e com a vida nos territórios. Mas temos que lembrar que a luta é grande e desigual, temos que estar atentos todos os dias, afinal no mesmo dia da promulgação do Pronara, foram liberados mais 150 agrotóxicos. Sigamos na defesa da vida saudável.

Referências

ABRASCO – Associação Brasileira de Saúde Coletiva. (2011). Dossiê ABRASCO. Um alerta sobre os impactos dos Agrotóxicos na Saúde. Rio de Janeiro: World Nutrition – Rio.

BRASIL DE FATO. O que falta para o governo federal lançar o Programa de Redução de Agrotóxicos? 05 dez 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/colunista/articulacao-nacional-de-agroecologia/2024/12/05/o-que-falta-para-o-governo-federal-lancar-o-programa-de-reducao-de-agrotoxicos/>. Acesso em 01 jul 2025.

CARSON, R. (1962). Silent Spring. Houghton Mifflin.

FRANCO, C. da R.; PELAEZ, V. A (2016). A (des)construção da agenda política de controle dos agrotóxicos no Brasil. Ambiente & Sociedade, XIX(3), 215-232.

GRAZIANO DA SILVA, J. (1982). A modernização dolorosa. Rio de Janeiro: Zahar.

MOURA, J. T.V., SILVA JÚNIOR, M. A. F. da. (2023). Narrativas, estratégias e articulações de uma campanha em rede contra os agrotóxicos no Brasil. Raízes: Revista De Ciências Sociais E Econômicas, 43(1), 171-189.

MOURA, J.T.V.; PONTES, B.M.L.M. (2022). A construção das redes que disputam a regulamentação dos agrotóxicos no Brasil: o PL 6299 versus a Política Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos (PNaRa). Revista Brasileira de Ciência Política, nº 39, p. 1-37.

MOURA, J.T.V., ROZENDO, C., OLIVEIRA, M. (2020). Movimento e contramovimento e as configurações do campo político em torno da utilização dos agrotóxicos no Brasil. Desenvolvimento E Meio Ambiente, 54.

ROZENDO, C. (2006). Políticas ambientais, agricultura familiar e a recomposição dos espaços rurais na região metropolitana de Curitiba. Curitiba, Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – UFPR.